

A avaliação da aprendizagem dos discentes do curso de Bacharelado em Secretariado

Executivo: uma percepção pelas normativas

The evaluation of the learning of the students of the Bachelor's degree in Executive

Secretariat: a perception by the norms

La evaluación del aprendizaje de los estudiantes de la Licenciatura en Secretaría

Ejecutiva: una percepción por las normas

Recebido: 25/09/2020 | Revisado: 27/09/2020 | Aceito: 29/09/2020 | Publicado: 30/09/2020

Adriana Alves da Rocha

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1132-9541>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Brasil

E- mail: adrianarocha755@gmail.com

Daniela Cauduro Bianchi

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3116-6236>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Brasil

E- mail: daniela.bianchi@ifmt.edu.br

Edriana Andreóli Silvestre

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0323-1026>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Brasil

E- mail: edriana.silvestre@ifmt.edu.br

Ed Wilson Tavares Ferreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9993-7113>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Brasil

E- mail: edwilson.ferreira@ifmt.edu.br

Geison Jader Mello

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0991-2327>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Brasil

E- mail: geison.mello@cba.ifmt.edu.br

Vanderley Severino dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0623-2246>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Brasil

E- mail: vanderley.santos@cba.ifmt.edu.br

Resumo

A presente pesquisa investigou e identificou a percepção do conceito de avaliação utilizada pelo IFMT através das legislações, normas e resoluções institucionais, também foi analisado o processo avaliativo do Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo do IFMT Campus Cuiabá. Desse modo, houve a realização de um levantamento bibliográfico e documental sobre o processo de avaliação da aprendizagem em relação às legislações e normas nacionais. Realizando-se análise do processo de avaliação regulamentado pelo IFMT, verificação de suas resoluções e orientações gerais, investigação e exploração da percepção de avaliação do projeto pedagógico do curso apresentado. A pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de identificar a percepção de avaliação da aprendizagem através das normas e regulamentações do IFMT. Ela também pretende colaborar com o processo de avaliação da aprendizagem adotado no Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo do Campus Cuiabá/IFMT. Ao final, concluiu-se que o IFMT tem uma concepção de avaliação dialógica, formativa, processual e contínua, o que pressupõe a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas e está de acordo com as normas e legislações vigentes. Sugeriu-se, com a pesquisa, uma reformulação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) com foco na melhora e clareza do processo avaliativo para estar de acordo com as orientações da organização didática da instituição. Assim, o aluno poderá perceber a visão geral e local do processo avaliativo, tendo clareza no PPC dos métodos e instrumentos utilizados para sua avaliação, podendo refletir e planejar seus estudos com mais autonomia.

Palavras-chave: Percepção de avaliação; Luckesi; IFMT; Instrumentos avaliativos.

Abstract

The present research investigated and identified the perception of the evaluation concept used by IFMT through the laws, rules and institutional resolutions, the evaluation process of the Bachelor's Degree in Executive Secretariat of the IFMT Campus Cuiabá was also analyzed. Thus, there was a bibliographic and documentary survey on the process of assessing learning in relation to national laws and standards. Analyzing the evaluation process regulated by the IFMT, verifying its resolutions and general guidelines, investigating and exploring the perception of evaluation of the pedagogical project of the course presented. The research was developed with the objective of identifying the perception of learning assessment through the IFMT rules and regulations. She also intends to collaborate with the learning evaluation process adopted in the Bachelor Course in Executive Secretariat of Campus Cuiabá / IFMT. In the end, it was concluded that the IFMT has a conception of dialogical, formative,

procedural and continuous evaluation, which presupposes the contextualization of the knowledge and activities developed and is in accordance with the current rules and legislation. It was suggested, with the research, a reformulation of the Pedagogical Course Project (PPC) with a focus on improving and clarity of the evaluation process to be in accordance with the guidelines of the didactic organization of the institution. Thus, the student will be able to perceive the general and local overview of the evaluation process, having clarity in the PPC of the methods and instruments used for its evaluation, being able to reflect and plan his studies with more autonomy.

Keywords: Evaluation perception; Luckesi; IFMT; Evaluated instruments.

Resumen

La presente investigación investigó e identificó la percepción del concepto de evaluación utilizado por la IFMT a través de las leyes, normas y resoluciones institucionales, también se analizó el proceso de evaluación de la Licenciatura en Secretaría Ejecutiva de la IFMT Campus Cuiabá. Así, se realizó una encuesta bibliográfica y documental sobre el proceso de evaluación del aprendizaje en relación con las leyes y estándares nacionales. Analizar el proceso de evaluación regulado por el IFMT, verificando sus resoluciones y lineamientos generales, investigando y explorando la percepción de evaluación del proyecto pedagógico del curso presentado. La investigación se desarrolló con el objetivo de identificar la percepción de la evaluación del aprendizaje a través de las normas y reglamentos del IFMT. También se propone colaborar con el proceso de evaluación de aprendizajes adoptado en la Licenciatura en Secretaría Ejecutiva del Campus Cuiabá / IFMT. Al final, se concluyó que el IFMT tiene una concepción de evaluación dialógica, formativa, procedimental y continua, que presupone la contextualización de los conocimientos y actividades desarrolladas y se ajusta a la normativa y legislación vigente. Se sugirió, con la investigación, una reformulación del Proyecto del Curso Pedagógico (PPC) con un enfoque en la mejora y claridad del proceso de evaluación para estar acorde con los lineamientos de la organización didáctica de la institución. Así, el alumno podrá percibir el panorama general y local del proceso de evaluación, teniendo claridad en el PPC de los métodos e instrumentos utilizados para su evaluación, pudiendo reflexionar y planificar sus estudios con más autonomía.

Palabras clave: Percepción de la evaluación; Luckesi; IFMT; Instrumentos de evaluación.

1. Introdução

A aprendizagem está relacionada ao ato em que se aprende algo, em que se adquire e/ou constrói algum conhecimento, necessariamente é acompanhada por alguma modificação no comportamento de quem aprendeu. No ambiente escolar, a avaliação da aprendizagem se intensifica, esse processo é rotineiro e faz parte das atividades desenvolvidas no âmbito escolar.

Dessa forma, ela deve ser um processo contínuo e, através dos instrumentos aplicados pelos educadores, deve permitir diagnosticar o desenvolvimento dos seus alunos e a efetividade dos métodos utilizados em sala de aula para atingir os objetivos estabelecidos ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

Percebemos, principalmente sob a percepção de avaliação do autor Luckesi, que existem determinadas documentações que auxiliam e orientam as instituições de ensino sobre os procedimentos do processo de avaliação da aprendizagem. No IFMT, a Organização Didática apresenta uma visão da instituição e uma maior transparência, maior organização e maior padronização, sendo um guia aos *campi* para a construção do seu projeto pedagógico. Dentre as documentações abordadas neste trabalho acadêmico encontram-se as seguintes documentações, que afetam as ações de ensino em diferentes níveis, tais como, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a Organização Didática e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

O PDI é um documento que possibilita perceber e entender determinada instituição, como por exemplo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), ao abordar sobre missão, visão, valores, políticas, ações, metas, dentre outros elementos que estão em andamento ou que serão implementadas até cinco anos após sua confecção (IFMT, 2019).

No IFMT, o seu PDI, vigente de 2019-2023, apresenta o perfil institucional, metodologia, projeto pedagógico, políticas públicas (institucionais, educativas, de aquisição, tecnologia, comunicação e de gestão), cronograma de implementação, organização didática-pedagógica e demais partes que auxiliam a perceber os propósitos e ações da instituição (IFMT, 2019).

De acordo com o PDI do IFMT (IFMT, 2019), o Projeto Pedagógico do Curso (PPC-2009) serve para delimitar aspectos relacionados aos cursos oferecidos pela instituição. Desse modo, ele pode mostrar o embasamento teórico a ser seguido, bem como pode apresentar aspectos estruturais de acordo com a definição do curso. Dentre os elementos apresentados

podem estar orientações sobre os seguintes termos: currículo, estágio, supervisão, avaliação, atividades complementares, atividades acadêmicas, dentre outros.

A Organização Didática do IFMT (Resolução CONSUP nº 104, 2014) serve para balizar questões referentes a todos os cursos ofertados. É uma normativa que auxilia a definir questões referentes a ensino, corpo docente, currículo, ingresso, avaliação, matrícula, rematrícula, desligamento, aproveitamento de estudos, conclusão de cursos, educação a distância, dentre outros assuntos. Isso para a definição de procedimentos didáticos, pedagógicos, disciplinares e administrativos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de graduação dão o direcionamento de determinado curso superior em âmbito nacional. Dessa maneira, elas podem deliberar sobre componentes curriculares, perfil do formando, competências, habilidades, conteúdos curriculares, avaliação, estágio, componentes opcionais, dentre outros (Resolução n.º 3, 2005).

Percebe-se que um dos grandes problemas que vigora na maioria das escolas é o de tratar a avaliação como um exame. Dessa maneira surge como provocação os seguintes questionamentos: No âmbito do IFMT também existe essa ação de entender a avaliação como sinônimo de exame? A avaliação é apenas um exame que tem o papel de medir o quanto os alunos aprenderam?

No presente artigo, busca-se abordar o sistema de avaliação da aprendizagem estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, sistema esse, que deve ser seguido nos cursos ofertados por esta Instituição de ensino, conseqüentemente, esse deve ser o mesmo sistema adotado no Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo do Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva.

Assim, pretende-se, a partir dos documentos citados, investigar e identificar a percepção de avaliação utilizada no Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo do IFMT Campus Cuiabá, bem como trazer reflexões que visam colaborar com o processo de avaliação adotado. Identificar quais os seus reflexos nas avaliações realizadas pelos professores, sobre as atividades de aprendizagem desenvolvidas pelos alunos do curso de Bacharelado em Secretariado Executivo.

Acredita-se que a realização deste estudo pode colaborar com as práticas pedagógicas de avaliação, como também contribuir com as reformulações futuras nos projetos políticos pedagógicos do curso de Secretariado Executivo do IFMT - Campus Cuiabá, sendo um espaço significativo para entendimento do aluno sobre seu processo de avaliação.

Este estudo pode contribuir, orientando práticas de avaliações que poderão ser incorporadas nos planejamentos de cursos, colaborando com a sistematização e a clareza do processo avaliativo. Pode, ainda, auxiliar o aluno a organizar sua rotina, para que ele consiga obter um melhor desempenho e evitar ações ou situações desagradáveis que ocorram em função de imprevistos (ou falta de planejamento do estudante), que possam causar instabilidades. Além disso, esse esclarecimento permite ao aluno buscar uma compreensão das regras de avaliação da instituição, conforme estabelece o PDI e o PPC.

Considerando o exposto, o objetivo geral desta pesquisa é identificar qual é a percepção de avaliação sobre as normativas apresentadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFMT 2019-2023), na Organização Didática do IFMT (Resolução CONSUP nº 104, 2014) e no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Secretariado Executivo. Bem como apresentar/discutir se o IFMT segue a legislação, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394, 1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (*Resolução n.º 3, 2005*) em consonância com os objetos de avaliação do curso de Bacharelado em Secretariado Executivo do IFMT Campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva.

Trazendo como fonte teórica, um grande estudioso do tema avaliação, o autor Luckesi (2000), com uma percepção de avaliação como: o ato de avaliar, deve-se estar em busca do melhor resultado possível, acolher o discente como um ser, é um ato de ouvir ou vermos positivamente as coisas.

Segundo a LDB os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e a União devem assegurar o processo de avaliação e rendimento do aluno. Por meio de uma avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com possibilidade de aceleração de estudos e de avanço nos cursos, a avaliação do educando segue durante toda sua vida escolar (Lei n. 9.394, 1996).

Segundo a Resolução CNE/CES nº 3/2005 o curso de graduação em Secretariado Executivo pretende formar um discente capaz de compreender questões que envolvam sólidos domínios científicos, acadêmicos, tecnológicos e estratégicos, específicos do seu campo de atuação (Resolução n.º 3, 2005).

2. Metodologia

Esse artigo aborda o tema avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Produzido com a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre o tema avaliação dentro do processo de

ensino e aprendizagem, integra as atividades didáticas exigidas na disciplina Organização e Memória de Espaços Pedagógicos, presente no rol de disciplinas do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - ProfEPT.

Trata-se de uma pesquisa aplicada de natureza exploratória. O estudo foi realizado tendo como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental de acordo com Gil (2008). Nela pretendeu-se compreender e discutir o processo de avaliação sob a perspectiva encontrada nos documentos da instituição (PDI e PPC), na legislação (Lei n. 9.394, 1996) e nos conceitos sobre avaliação de Luckesi (2000).

O método de acordo com Pereira et al. (2018) “é o caminho para se realizar alguma coisa e quando se tem o caminho, torna-se mais fácil realizar viagens sabendo onde se está e aonde se quer chegar e como fazê-lo”. Nesse sentido, na pesquisa, optou-se por usar o método qualitativo, sendo nele “nos quais é importante a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo”.

Nesse sentido, Vieira (2010) aponta que a pesquisa exploratória é caracterizada por levantar dados e/ou problemas para que, posteriormente, sejam realizadas pesquisas ainda mais avançadas com o material obtido. Isso porque, para a pesquisa exploratória, o ideal é que o material aborda uma temática pouco conhecida e de maneira geral.

A pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, muitas vezes, são compreendidas como sendo iguais. A primeira, segundo Vieira (2010), extrai a informação de documentos impressos ou eletrônicos (certidão de nascimento, fotografias, desenhos, mapas etc.), enquanto que a segunda, para Lima e Miotto (2007), mostra que a principal técnica de pesquisa ocorre através da leitura e, com isso, ocorrem as ações de identificar informações e dados, estabelecer relações e analisar consistência do conteúdo.

Para a realização deste trabalho foram, inicialmente, apresentados e discutidos os conceitos sobre avaliação, encontrados na legislação e na literatura descrita pelo autor Cipriano Carlos Luckesi. O autor, escolhido para entender a percepção do processo de avaliação da aprendizagem, tem amplo campo de estudo sobre o processo avaliativo. Cipriano Carlos Luckesi, hoje é professor aposentado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), atuando na mesma universidade em programas de pós-graduação, com uma grande produção intelectual, com estudos voltados para a temática de avaliação da aprendizagem. Ele é Doutor em Educação pela Universidade Católica de São Paulo (USP), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

Luckesi é reconhecido como um dos mais importantes teóricos nos estudos em Avaliação Escolar no Brasil, com a publicação de diversas obras sobre o tema tratado (avaliação da aprendizagem). Nesse sentido, Soares & Feitosa (2019, p. 03) expõe os seguintes títulos: “Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas” (2018), “Sobre notas escolares: distorções e possibilidades” (2014), “Fazer Universidade: uma proposta metodológica” (2012), “Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico” (2011), “Série Estudos e Pesquisas: Prática docente e avaliação” (1990), “Avaliação da aprendizagem escolar” (1995)”.

Posteriormente, busca-se compreender a percepção de avaliação do autor Luckesi elencando com os documentos institucionais do IFMT como: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do período de 2019-2023, e o PPC do Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo do Campus do IFMT - Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva.

3. Revisão Bibliográfica

3.1. Avaliação segundo Luckesi

Nesta seção, são abordados os principais conceitos referentes ao tema pesquisado, em convergência com os conceitos expostos pelo autor Luckesi. Isso considerando que o conceito de avaliação em locais educativos é mais abrangente em relação ao que é imaginado (Luckesi, 2000). De acordo com Luckesi, o professor deve utilizar a avaliação para auxiliar o aluno a construir o conhecimento, para ele “a avaliação escolar está presente na vida de todos”, então todos devem estar comprometidos com políticas e discussões que afetam a educação, e “a avaliação é um recurso pedagógico útil e necessário”, assim todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem precisam conhecer sobre a avaliação, seus procedimentos e formas (Luckesi, 2000, p. 1).

Um aspecto relevante nessa discussão, é que não se pode confundir os termos avaliação e exame, pois, para o autor Luckesi (2000), a avaliação envolve diversas coisas, pode ser realizada de uma forma amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva, ao contrário dos exames que podem ser excludentes, classificatórios, entre outros aspectos negativos que exclui e marginaliza a avaliação.

A avaliação precisa ser compreendida como parte de um processo educacional, não pode ser considerada apenas como um resultado, mas sim um instrumento que ajudará no processo de aprendizado buscando colaborar com a evolução ou melhoria do conhecimento

do aluno. Sendo assim, os autores Neta et al. (2020) entendem que a avaliação precisa ser “compreendida como parte relevante do processo educacional, amparando o desenvolvimento da aprendizagem dos educandos e o trabalho formativo realizado pelo professor” (Neta et al., 2020, p. 4).

Segundo Silva Neta et al. (2020), analisando a concepção de avaliação de Luckesi, consideram a avaliação como um processo, que envolve diversos atores como professor, aluno, processo de ensino aprendido, devendo ser usada para melhoria do conhecimento, utilizando para isso diferentes instrumentos que colaboram com a construção do saber, buscando aprimorar.

Avaliar envolve, necessariamente, uma ação que promova a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, o que aponta para uma concepção diferenciada do fazer. Do ponto de vista de Luckesi (2011, p. 174), a avaliação deve ser de acompanhamento, porque “investiga a qualidade dos resultados em andamento sucessivamente, primeiro sob o foco formativo – processo – e, segundo, sob o foco final de uma ação – produto”, ou seja, proporciona a investigação de todo o processo de construção do conhecimento, realizando investimentos para que o resultado seja satisfatório, ou melhor, para que aprendizagem ocorra (Silva Neta et al., 2020, p. 5).

Para o ato de avaliar, deve-se estar em busca do melhor resultado possível, acolher o discente como um ser, é um ato de ouvir ou vermos positivamente as coisas. Segundo o autor, em primeiro lugar, vem o processo de diagnóstico com um olhar sobre o contexto do discente. Desse modo, segundo o autor Luckesi (2000), o ato de avaliar se inicia com o conhecer o avaliado e a partir dos dados atribuir qualidade.

Sob essa perspectiva, não se deve esquecer que o discente não pode ser visto como um ser vazio, pois ele traz sua subjetividade e seu contexto social e cultural. Nesse sentido, o autor Luckesi (2000, p. 4) entende que avaliar é “o ato pelo qual, através de uma disposição acolhedora, qualificamos alguma coisa (um objeto, ação ou pessoa), tendo em vista, de alguma forma, tomar uma decisão sobre ela”. O autor, em outra publicação, reafirma a percepção da avaliação como sendo um processo, em que a “avaliação não é um processo impositivo, mas sim um diálogo, amoroso e construtivo” (Luckesi, 2000, p. 4). Desse modo, a avaliação precisa contribuir com a vida do discente e auxiliar na busca do seu melhor.

Para o autor Soares & Feitosa (2019), que produziu um trabalho sobre a avaliação segundo Luckesi, há a percepção da avaliação como uma forma de amor e inclusão. Para ele o processo de avaliar em educação é um processo ligado à investigação, em busca de resultados dessa investigação.

Soares & Feitosa (2019) traz a compreensão de Luckesi sobre o processo avaliativo, sendo ações que pertencem ao avaliador, com características onde sinaliza um ato ou uma tomada de decisão, podendo esse ser “classificatório”, “diagnóstico”, “emancipatório”, “dialógico”. Na educação esse processo é mediado pelo professor, não deixando também de contextualizar esse processo, levando em consideração as diversas interferências/fatores que compõem a avaliação, como a cultura, o contexto social, o sistema de ensino e a valorização do professor (Soares & Feitosa, 2019).

Para Luckesi “o desafio principal é aprender a avaliar, isto é, investigar a qualidade da realidade, e, a seguir, fazer uso adequado dos seus resultados” (Soares & Feitosa, 2019, p. 19). Nesse sentido, o gestor da avaliação precisa entender o processo, em busca de melhor resultado, orientando o aluno para fazer o seu melhor. Assim, o autor Luckesi, na sua percepção de avaliação, trata-a como um “ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva; ao contrário, é diagnóstica e inclusiva” (Luckesi, 2002, p. 84).

Em consonância com a concepção de Luckesi (2000), as autoras Silva e Freire (2020) trazem a avaliação como “um recurso pedagógico útil e necessário para amparar os educadores e os educandos em sua construção do conhecimento” (Silva & Freire, 2020, p. 74).

Trazendo uma apercepção de avaliação como um processo, Silva e Freire (2020) abordam sobre os modos e as implicações de avaliação, neste processo formativo, avaliar, conhecer, decidir o caminho a ser percorrido, fazendo seus ajustes e adequações.

A avaliação da aprendizagem nos possibilita levar à frente uma ação que foi planejada dentro de uma armação teórica, assim como política, não sendo qualquer resultado que satisfará, mas, sim, um resultado compatível com a teoria e com a prática pedagógica que estejamos utilizando. (Silva & Freire, 2020, p. 75)

A avaliação faz parte do processo de formação da nossa sociedade, esse processo é contínuo e faz parte do cotidiano escolar, os gestores da ação de avaliação precisam ter claro seus objetivos, assim poderão buscar um melhor resultado intervindo quando necessário. Para o autor Luckesi (2002, p. 84) “o ato de avaliar tem seu foco na construção dos melhores resultados possíveis”.

Se a avaliação é um processo, uma troca, um diálogo entre o conhecimento, a realidade e a busca de uma melhora de resultados, uma construção de conhecimento, não

podemos então pensar nesse processo como um processo arbitrário. Sobre a necessidade dessa democracia no processo avaliativo, Luckesi apresenta que:

A avaliação exige uma postura democrática do sistema de ensino e do professor, ou seja, para proceder a melhoria do ensino-aprendizagem, não basta avaliar somente o desempenho do aluno, mas toda a atuação do sistema. A aprendizagem melhorará se o sistema melhorar. (Luckesi, 2005, p. 2)

De acordo com Luckesi (2005), o professor é o maior gestor do processo de avaliação dos alunos e precisa conhecer as formas e práticas de avaliação que trazem um maior crescimento ao aluno, mas não podemos esquecer outros fatores que também influenciam no processo avaliativo dentro de nossa sociedade, precisamos compreender o contexto, a realidade onde ocorre o processo avaliativo. Segundo Luckesi, observa-se que:

[...] para uma adequada prática de avaliação, são necessárias condições materiais mínimas de trabalho, o que significa melhores salários --- os professores e professoras são pessoas humanas, necessitam de se alimentar, morar, vestir, ter saúde e lazer --- assim como número adequado de alunos em sala de aula, material didático satisfatório, espaço físico minimamente adequado. (Luckesi, 2005, p. 3)

Verifica-se que esse processo de avaliação envolve um conjunto de ações que busca contribuir com o crescimento do aluno, de maneira a apontar sobre a necessidade de ir para além do conhecimento em si. Para Kraemer a avaliação descreve o seguinte:

A avaliação descreve que conhecimentos, atitudes ou aptidões que os alunos adquiriram, ou seja, que objetivos do ensino já atingiram num determinado ponto de percurso e que dificuldades estão a revelar relativamente a outros. (Kraemer, 2005, p. 5)

Sobre a avaliação escolar, o autor Luckesi (2000) evidencia que é necessário que o docente seja claro sobre o que está sendo avaliado, ter um diálogo com o avaliado, olhar o aluno na sua totalidade não apenas em aprendizagens específicas como as disciplinas escolares. Nesse contexto, é importante nunca esquecer de acolher o educando, criar um vínculo com o avaliado, evitando, assim, uma recusa por parte do avaliado. Segundo o autor, para isso, faz-se necessário considerar alguns pontos como: dados relevantes, instrumentos e utilização dos instrumentos.

Considerando os instrumentos adequados, o docente deve fazer da sua prática educativa uma mediação entre teoria pedagógica e a prática de ensino na sala de aula. Dessa maneira ele estará compreendendo o processo de ensino e aprendizagem, e dentro deste

processo tem instrumentos de avaliação, que precisam ser analisados criteriosamente para qualificar determinada situação de aprendizagem, buscando o melhor daquilo que está sendo avaliado (Luckesi, 2000, p. 4).

Por fim, nesse sentido, verifica-se que tanto a avaliação quanto o processo avaliativo é composto por diversas variáveis, bem como deve ser realizado com a utilização de recursos apropriados. Dessa forma, verifica-se que o processo avaliativo acaba percebendo o estudante para além do que ele é na sala de aula. Nesse sentido, verifica-se que fatores econômicos, sociais e ideológicos, por exemplo, podem acabar influenciando no resultado dos estudantes que passam por um processo avaliativo.

3.2. Percepções sobre avaliação

O termo avaliação está associado a diversos conceitos. Ele surgiu nos EUA, no séc. XIX, como um sistema padrão de avaliação, com uma prova que buscava verificar a aprendizagem do educando. Sobre isso, Oliveira e Santos (2005) nos relata o seguinte:

O termo avaliação da aprendizagem surge mais especificamente nos Estados Unidos da América no século XIX, quando foi criado um sistema de testagem por Horace Mann. Nesse momento houve a institucionalização da prova escrita e uma grande discussão sobre a possibilidade de testar os programas educacionais em grande escala, visando a promoção de algumas melhorias no padrão educacional tradicional da época, tais como a utilização de questões específicas ao invés de questões gerais e a busca por padrões educacionais mais objetivos. (Oliveira & Santos, 2005, p. 38)

Desse modo, avaliar vai muito além da aplicação de uma determinada prova. Em todos os momentos avaliamos algo ao nosso redor, muitas vezes sem ter noção do que seja avaliar. Fazemos escolhas, analisamos o melhor caminho a seguir, a melhor resposta, o melhor momento para determinada coisa. Isso demonstra que a avaliação está inserida ao nosso contexto cotidiano. Então, em ambiente educacional é preciso sistematizá-la e deixar claro sobre seu processo e procedimentos no momento de avaliar o ensino e aprendizado. Sobre isso, tem-se que:

Qualquer forma de avaliação pressupõe fundamentalmente um julgamento, com base em uma concepção explícita ou implícita. Ao longo da história, mesmo sem ter a noção exata do que seja avaliar, o homem utiliza a avaliação para alcançar o melhor resultado. (Oliveira & Santos, 2005, p. 37)

A avaliação segundo Hadji (1994 citado por Oliveira & Santos, 2005) precisa considerar 3 objetivos, avaliar domínios e competências do aluno, fazer um diagnóstico da situação do aprendizado de determinado conteúdo e fazer um prognóstico para orientar o caminho desse aluno, contribuindo com aprimoramento em relação a aprendizagem.

Para a avaliação, o professor precisa analisar criteriosamente o conhecimento do aluno, este modo precisa ser previamente definido, com as regras e normas que esta avaliação interpreta, precisa ter claro seu objetivo para ter um bom resultado diagnóstico, e depois oferecer ao discente um feedback sobre seu processo de ensino e aprendizagem, compreendendo e orientando o aluno a contribuir com seu aprendizado.

Para Oliveira e Santos (2005), as mudanças no processo de avaliação escolar, para serem significativas, precisam ser feitas por meio de um processo de reflexão e autocrítica da própria forma de ensinar, do professor, do aluno e da comunidade escolar, pois os envolvidos precisam assumir a responsabilidade dessa formação. Se eles precisam e querem progredir, e para que esse caminho de progressão no processo de ensino aprendizagem aconteça, todos os envolvidos precisam estar comprometidos com o processo sempre dialogando para que as ações representem os agentes envolvidos.

Para Oliveira e Santos (2005), a avaliação precisa ser vista como um importante papel para o processo de aprendizagem por “tratar-se de uma prática indispensável, especialmente, no nível superior, no qual se espera domínio de conteúdo e de práticas profissionais necessárias a quem pretende ingressar no mercado de trabalho”, trazendo uma evolução na aprendizagem do aluno, que através de seu ensino estará cada vez mais preparado para o mundo do trabalho, o qual exercerá seu ofício.

É significativo ressaltar que a avaliação é um tipo de recurso, que precisa ter um padrão e uma referência explícita, para uma melhor compreensão dos discentes. Sobre isso, os autores a seguir esclarecem que:

A avaliação deve ser entendida como um recurso que requer referência a um padrão explícito, que estabeleça os diversos níveis de aproveitamento, havendo um canal de liberdade e comunicação na relação professor/aluno”. (Oliveira & Santos, 2005, p. 40)

Para Hadji (2001) a avaliação não é uma medida, o autor explica que medida é atribuir um número ou acontecimento a um objeto, e com o aluno não é isso o correto quando se pensa em uma avaliação formativa, que leva em consideração todo o processo de ensino.

Não podemos medir o conhecimento do discente como se faz uma medida de um determinado objeto, pois o aluno é um ser e tem suas realidades subjetivas, vários critérios

precisam ser considerados na hora da avaliação do aprendizado. O docente precisa ter clareza sobre quais serão os instrumentos de avaliação e como será esse procedimento, tem que deixar claro ao aluno. Assim, terá um processo mais próximo da realidade, através do diálogo. O professor e sua comunidade escolar estabelecerão os critérios de avaliação, seu acompanhamento e a avaliação do próprio processo de ensino.

Para Hadji (2001) é importante ressaltar a função do avaliador, pois, segundo ele, também existem subjetividade do avaliador. Para o autor, os sistemas de avaliação querem neutralizar o processo de avaliação, não sendo possível, pois o processo de avaliação envolve sujeitos com um pensar e uma subjetividade, trazendo elementos que podem interferir no processo avaliativo.

Em consonância com uma avaliação como processo, o autor Hadji (2001, pp. 34-35) entende que “o avaliador não é um instrumento de medida, mas o autor de uma comunicação social”, para ele “a avaliação é uma interação, uma troca, uma negociação entre um avaliador e um avaliado, sobre um objeto particular e em um ambiente social dado”.

O autor Hadji (2001) traz o aluno como sujeito do processo, nesse processo de avaliação não tem como atribuir ao aluno como se fosse um objeto. Segundo o autor, para o discente sua avaliação está ligada ao contexto, seu desempenho depende de variáveis, que nem sempre podem ser superadas pelo ambiente escolar.

Segundo Hadji (2001), pode ser difícil para o aluno distinguir os momentos de aprendizado e os momentos avaliativos, desse modo o discente pode se equivocar na intenção do docente que rege o processo de ensino, o aluno tem condições de adivinhar os critérios que o professor usará para avaliá-lo, por isso o processo deve ser regado ao diálogo, e deve estar claro para o entendimento do avaliado.

A autora Villas Boas (2001) também tem como percepção da avaliação os princípios de Hadji (2001), consideram como um processo, que envolve diversos autores que se encontram afetados por diversos fatores.

Segundo a autora Villas Boas (2001), os processos avaliativos afetam a vida do aluno, trazendo consequências muitas vezes desagradáveis com o processo de rejeição dos seus professores, podendo causar também um déficit no aprendizado de determinada disciplina a qual o discente sofre com penalidades avaliativas.

Para os indicadores de qualidade no aprendizado também é considerada a estrutura de ensino, como as instalações físicas, os recursos didáticos, os recursos humanos, entre outros. Segundo esse critério, o aprendizado do aluno envolve diversos fatores, estruturais, familiares, organização e desenvolvimento do trabalho pedagógico, havendo esses diversos

fatores no processo de aprendizagem do aluno, precisamos ficar atentos ao processo de avaliação, (Villas Boas, 2001).

Villas Boas (2001, p. 3) nos apresenta que, “a avaliação praticada na escola pode cumprir duas funções principais: classificar o aluno ou promover sua aprendizagem”. A autora traz elementos que justificam essa divisão como: classificar por meio de notas, fazer agrupamento de nível de aprendizagem, para constituição de turmas, rotulação de aluno em fortes, fracos, médios. A escola precisa refletir sobre seu processo de avaliação da aprendizagem, questionando-o, organizando o trabalho pedagógico, valorizando a participação do aluno e a sua aprendizagem, tornando-o um parceiro no seu processo de ensino aprendido. Além disso, a autora ressalva que por meio da avaliação formativa, pode-se atingir os seguintes objetivos, correspondentes à aprendizagem permanente, que são: “a promoção de desempenho de alto nível; a adoção de tratamento equânime dos resultados da avaliação dos alunos; a construção de habilidade para o aprender a aprender”, (Villas Boas, 2001, p. 5).

Com base nas concepções de avaliação propostas ou entendidas pelos autores citados Oliveira e Santos (2005), Hadji (2001) e Villas Boas (2001), podemos verificar que suas concepções de avaliação se complementam. De acordo com os processos de avaliação apresentados pelos autores, podemos compreender a necessidade de a instituição de educação compreender seu processo avaliativo. Proporcionando à instituição fazer modificações, buscando a participação do sujeito, colocando em ênfase o processo de ensino e aprendizagem, possibilitando a construção de habilidades de autoavaliação e da avaliação de pares, compreendendo através do diálogo o processo da própria aprendizagem. O professor precisa fornecer ao aluno um feedback do seu processo avaliativo, contribuindo para seu desenvolvimento e a melhora do seu processo intelectual.

3.3. Verticalização das normativas sobre avaliação a ser seguido pelo Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo do Campus Cuiabá/IFMT

Apresenta-se neste capítulo as legislações e normas seguida pelo curso descrito acima, iniciando pelas legislações nacionais, perpassando pela legislação geral do IFMT e também as normas internas do IFMT Campus Cuiabá - Octayde Jorge da Silva.

3.3.1. Avaliação segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394, 1996):

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional os Estados em seu artigo 9º, os Municípios, o Distrito Federal e a União devem assegurar o processo de avaliação e rendimento do aluno, “VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;” (Lei n. 9.394, 1996).

A avaliação, hoje, no Brasil é realizada para progressão do aluno para séries seguintes. Assim, a avaliação é utilizada para realizar investigações sobre os conhecimentos dos alunos em determinada disciplina, como base de conhecimento adquirido para finalização dos estudos de nível básico e também para o acesso ao nível superior de ensino. A LDB, em art. 24, inciso V, apresenta a aplicação da avaliação como forma de identificar o rendimento escolar do aluno, é utilizada observando os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos; (Lei n. 9.394, 1996)

Como vimos, a avaliação está inserida no processo de escolarização no Brasil. O mesmo termo que normatiza a avaliação deixa a desejar nos critérios avaliativos, como base para as escolas se organizarem sem perder a ligação entre a avaliação e a aprendizagem do aluno.

A avaliação na educação tem como objetivo acompanhar o desenvolvimento do aluno, e não pode ser usada como forma de promoção no ensino. Encontra-se inserida em todo o processo de ensino desde a educação infantil até o nível superior de ensino.

A LDB (Lei n. 9.394, 1996), em seu art. 41, esclarece sobre a valorização do conhecimento profissional adquirido, podendo ser analisado para possível progressão nos estudos. Um exemplo disso é a finalização do Ensino Médio/Fundamental fazendo uma prova como a do ENEM, que avalia os conhecimentos adquiridos. Dessa maneira, está exposto em legislação o que segue:

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. (Lei n. 9.394, 1996)

O processo de avaliação do educando segue durante toda sua vida escolar, então precisamos entender o seu processo, para podermos compreender como somos avaliados e como podemos melhorar no desenvolvimento do ensino aprendizagem.

3.3.2. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de graduação em Secretariado Executivo: Resolução CNE/CES nº 3, de 23 de junho de 2005

A Resolução CNE/CES nº 3/2005, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Secretariado Executivo (bacharelado), atualizando sua organização curricular, assim como seu sistema de avaliação (Resolução n.º 3, 2005).

Segundo esta resolução, o curso pretende formar um discente capaz de compreender questões que envolvam sólidos domínios científicos, acadêmicos, tecnológicos e estratégicos, específicos do seu campo de atuação. O Bacharel em Secretariado Executivo deve apresentar o seguinte perfil:

Art. 3º [...]

Parágrafo único. O bacharel em Secretariado Executivo deve apresentar sólida formação geral e humanística, com capacidade de análise, interpretação e articulação de conceitos e realidades inerentes à administração pública e privada, ser apto para o domínio em outros ramos do saber, desenvolvendo postura reflexiva e crítica que fomente a capacidade de gerir e administrar processos e pessoas, com observância dos níveis graduais de tomada de decisão, bem como capaz para atuar nos níveis de comportamento microorganizacional, mesoorganizacional e macroorganizacional. (Resolução, n.º, 2005)

Assim, o profissional deve ser capaz de articular competências fixadas pelas organizações, ter visão generalista, ter um bom raciocínio lógico, crítico e analítico, possuir habilidades de lidar com modelos inovadores de gestão, de liderança para trabalho em equipe, dentre outras competências exigidas para o bacharel em Secretariado Executivo. Para

desenvolver estas competências e preparar o discente, os cursos devem oferecer em seu Projeto Pedagógico, conteúdos básicos, conteúdo específicos e conteúdos teórico práticos (Resolução n.º 3, 2005).

Segundo consta na Resolução CNE/CES n.º 3/2005 (Resolução n.º 3, 2005), as atividades complementares são componentes de avaliação, que possibilitam o conhecimento do discente. A resolução também apresenta como as instituições de ensino devem adotar formas específicas e alternativas de avaliação, e que os planos de ensino devem ser oferecidos aos alunos no início do período letivo e devem possuir em seu conteúdo as atividades, a metodologia e os critérios para avaliação.

Percebemos, com a diretriz curricular, que a instituição de ensino delibera sobre as questões de avaliações e sobre seus critérios, desde que estabelecidos com antecedência e levando em conta diversos componentes que levam ao aprendizado do educando.

3.4. Concepção de avaliação para o Instituto Federal de Mato Grosso

A avaliação da aprendizagem para o IFMT é um processo contínuo, dialógico, formativo, com contextualização do conhecimento e das atividades desenvolvidas. Podendo ter como instrumentos avaliativos do conhecimento: provas, exercícios, relatórios, seminários, projetos interdisciplinares, instrumentos atitudinais, entre outros (Resolução CONSUP n.º 104, 2014).

3.4.1. Avaliação de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional - (PDI/IFMT - 2019-2023)

Para o IFMT, a avaliação faz parte do processo de ensino, da aprendizagem e da gestão, envolvendo ações de natureza diagnóstica, de acompanhamento e de reflexão das suas práticas, sempre atento ao processo educativo e fazendo mudanças quando necessárias (IFMT, 2019).

Seu entendimento sobre avaliação segue alguns conceitos como o de Gadotti “a avaliação é inerente e imprescindível durante todo o processo educativo [...] educar é fazer ato de sujeito é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições” (Gadotti, 1984, p. 90 citado por IFMT, 2019, p. 55).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFMT, 2019), a avaliação reflete as intenções educacionais da instituição, respeitando os referenciais que os balizam e as necessidades existentes de cada *campi*.

O entendimento da Instituição é que a avaliação deixe de ser um instrumento de classificação, seleção e exclusão social, tornando-se uma ferramenta para construção coletiva dos sujeitos e de uma escola de qualidade (IFMT, 2019, p. 56).

O IFMT, em seu PDI, reforma a forma de avaliar formativa, sendo uma construção do conhecimento, diagnosticando avanços, intervindo, agindo, problematizando, e definindo caminhos, como cita o autor Loch (2003, p. 134, citado por IFMT, 2019, p. 56). Cumprindo seu papel enquanto funções pedagógicas que segundo Libâneo são de diagnóstico e de controle, verificação de objetivos, superando as dificuldades encontradas no percurso, acompanhando o desenvolvimento do aluno no processo de ensino aprendizagem.

Neste sentido completa o conceito de avaliação da Instituição sendo avaliação formativa, considerando todo o processo percorrido pelo discente, intervindo quando necessário para promover o ensino e o desenvolvimento do aluno, podemos citar como instrumentos de avaliação, além das provas, as pesquisas, os relatórios, os seminários e os trabalhos em grupo, permitindo assim ao aluno e ao professor identificar seu desempenho e contribuir com suas dificuldades.

3.4.2. Avaliação da aprendizagem segundo a Organização Didática do IFMT

Segundo a Organização Didática do IFMT (Resolução CONSUP nº 104, 2014), em seu Art. 145, o IFMT tem como concepção para o processo formativo de ensino-aprendizagem que “a avaliação será norteadada pela concepção dialógica, formativa, processual e contínua, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas”).

Conforme a Organização Curricular do IFMT, o processo de ensino-aprendizado visa propiciar um diagnóstico do processo educativo, possibilitando ao docente uma reflexão sobre prática, em busca de um compromisso com o desenvolvimento integral do aluno (Resolução CONSUP nº 104, 2014).

Este processo de ensino e aprendizado busca a construção da autonomia e desenvolvimento do aluno, com resultados a longo prazo, seus princípios estão de acordo com a Legislação Nacional como cita a LDB, no Art. 24, inciso V, alínea a):

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do discente, com prevalência dos aspectos qualitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. (Lei n. 9.394, 1996)

O IFMT traz, em sua Organização Didática, o processo de ensino-aprendizado com parâmetro do Projeto Pedagógico Institucional, que tem como princípio a função social, com objetivos gerais e específicos para a construção do perfil do profissional, previsto em sua formação. O IFMT considera todo o processo formativo de construção de conhecimento, valorizando o papel do docente neste processo, e considerando diversos instrumentos de avaliação como os citados nos arts. 148 e 149 da Organização Didática do IFMT (Resolução CONSUP nº 104, 2014):

Art. 148 São considerados instrumentos de avaliação do conhecimento:

- I- exercícios;
- II- trabalhos individuais e/ou coletivos;
- III- fichas de acompanhamento;
- IV- relatórios;
- V- atividades complementares;
- VI- provas escritas;
- VII- atividades práticas;
- VIII- provas orais;
- IX- seminários;
- X- projetos interdisciplinares; e
- XI- outros.

Art. 149 Os instrumentos de avaliação atitudinal que poderão ser utilizados para avaliar

Os discentes são:

- I- autoavaliação;
- II- assiduidade e pontualidade;
- III- realização de atividades escolares;
- IV- disciplina, interesse, participação nas aulas; e
- V- outros critérios definidos pelo docente.

Percebemos que as Orientações Didáticas são claras, trazendo com transparência sua percepção de avaliação e também os instrumentos a serem utilizados pelos *campi*.

3.4.3. Avaliação segundo o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso de Bacharelado em Secretariado Executivo

Para a organização do Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo do Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva, a avaliação da aprendizagem é feita de maneira pedagógica, acompanha todo o processo de ensino e aprendizado do aluno.

A instituição descreve em seu projeto de curso que o professor pode usar diversos tipos de instrumentos de avaliação além das provas, mas não deixa explícito quais são. Esta avaliação feita pelo docente servirá para medir o desempenho do aluno para sua progressão nos estudos.

Nessa concepção, prioriza-se além de provas e outras modalidades de avaliação, o conjunto de atividades previstas no plano curricular do curso. No cumprimento dessa tarefa, os professores poderão utilizar-se de todos os meios adequados e legítimos para aferir o crescimento do indivíduo durante o processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, há a necessidade de se documentar o desempenho dos alunos, do qual se fará registro. (IFMT, 2009, pp. 64-65)

Dessa forma, não fica clara qual é a metodologia de avaliação que o projeto de curso orienta para que os professores utilizem, assim existe a possibilidade de haver diversas interpretações sobre a avaliação dos alunos.

Segundo o PPC do curso de Secretariado Executivo (IFMT, 2009) o aluno será avaliado por diversos instrumentos e, segundo os critérios do currículo Pleno do Curso, a instituição poderá dizer se seu desempenho é suficiente para sua promoção (aprovado ou reprovado). O PPC ainda relata que poderão ser utilizados todos os meios legítimos de sondagem de crescimento do aluno.

Para isso, serão permitidos todos os meios legítimos de sondagem do crescimento do aluno relativamente à sua postura no ambiente em que se insere e à aquisição das competências e das habilidades previstas no planejamento das disciplinas e das atividades. (IFMT, 2009, p. 65)

O PPC do Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo não deixa claro como será seu processo avaliativo, apesar de informar que vai ser realizado de maneira pedagógica, ele não traz com clareza qual será a metodologia utilizada nem como vai ser o processo avaliativo e quais serão os instrumentos que podem ser usados pelos professores para acompanhar o desenvolvimento do aluno buscando a sua progressão no conhecimento.

Como o PPC disponibilizado pela instituição é do ano de 2009, é preciso buscar uma atualização para alinhar-se com a visão e a metodologia sugerida pelo IFMT, deixando definido para os alunos e a comunidade escolar sua visão de avaliação, a metodologia utilizada, e os instrumentos avaliativos, conforme a orientação didática (Resolução CONSUP nº 104, 2014). Assim, o aluno terá clareza em entender como será seu processo avaliativo, podendo se planejar de maneira mais clara e objetiva em buscas de melhores resultados nos seu processo de ensino e aprendizagem.

4. Resultados

Ao realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o tema avaliação do processo de aprendizagem, foram analisados os conceitos, as percepções e as formas de avaliar, presentes em normativas com validade em âmbito nacional, estadual e documentos da própria Instituição de Ensino pesquisada como o projeto pedagógico do curso de Secretariado Executivo do Campus Cuiabá/IFMT.

Dessa maneira, durante a pesquisa realizou-se uma verificação relacionada a diferentes documentos/normativas vigentes que direcionam e/ou regem aspectos de ensino e contemplam questões acerca da avaliação de aprendizagem, no âmbito do IFMT, tais como, os DCNs, a Organização Didática e o PDI da Instituição, principalmente de maneira a considerar as concepções de aprendizagem de acordo com o autor Luckesi.

Percebe-se que há uma visão da avaliação como um processo formativo, com sua orientação teórica voltada para a valorização do processo formativo. Nesse sentido, considera-se o aluno como sujeito no processo de aprendizagem e desenvolvimento, o que gera valorização de todos os passos na construção do conhecimento. Nesse processo diagnóstico, verifica-se a utilização de instrumentos de avaliação em conjunto com a colaboração do professor e do processo de crescimento da aprendizagem do aluno, mediante o entendimento sobre avaliação. Nota-se que isso vai ao encontro das percepções do autor Luckesi.

Esta pesquisa confirma que o IFMT segue as normativas e as legislações nacionais no quesito avaliação, tendo um acompanhamento dos alunos, buscando progressão e seguindo as competências necessárias para cada curso. Para acompanhar e planejar suas avaliações, o IFMT desenvolveu um planejamento a ser seguido pelos *campi*, também foi construída uma Organização Didática para orientar os procedimentos avaliativos do processo de ensino e aprendizado.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFMT 2019-2023), sua avaliação reflete as intenções educacionais da instituição, respeitando os referenciais que os balizam e as necessidades existentes de cada *campi*.

Considerando aspectos de documentos norteadores em relação ao curso de Bacharelado em Secretariado Executivo, verifica-se que não é sempre que há detalhamento em relação a forma como o processo avaliativo deve ser realizado, seguindo as normativas estaduais, principalmente de acordo com os documentos PPC do curso Bacharel em Secretariado Executivo e da normativa denominada Organização Didática do IFMT.

O estudo verifica que o PPC do curso de Secretariado Executivo, foi construído ainda no ano de 2009, precisando de nova reformulação para atualizar as questões do processo avaliativo de acordo com a orientação da Organização Didática do IFMT. Assim, com sua reformulação, poderão ser acrescentadas as metodologias de avaliação e seus instrumentos. Isso poderia ser melhorado para deixar mais claro ao aluno, ao demonstrar como seria o seu processo avaliativo. Dessa maneira, deixaria-os com as ferramentas necessárias para seu planejamento de estudo voltado para seu processo de avaliação.

Recomendamos à comunidade escolar, via Núcleo Docente Estruturante - NDE/IFMT, que é o grupo responsável pela reformulação do PPC, a necessidade de modificação do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo do IFMT/Campus Cuiabá, grupo criado conforme orientações do Parecer Conaes (Parecer n. 4, 2010).

Essa atualização do PPC do curso trará informações sobre processos avaliativos, para que sejam expostos de maneira mais clara, conforme descrito nas Orientações Didáticas do IFMT, bem como que as questões que serão avaliadas no decorrer do curso, suas concepções de avaliação e de instrumentos, que auxiliam os professores e alunos neste processo de construção do saber, que busca no final o desenvolvimento de capacidades elencadas na (Resolução n.º 3, 2005), como visão generalista, iniciativa, criatividade, raciocínio lógico entre outras, com as competências a serem desenvolvidas no Curso.

Assim, o graduado em Secretário Executivo deverá saber, com a realização do processo avaliativo, quais os instrumentos que irão colaborar com as capacidades de articular competências fixadas pelas organizações, ter visão generalista, ter um bom raciocínio lógico, crítico e analítico, ter habilidades de lidar com modelos inovadores de gestão, liderança para trabalho em equipe, dentre outras competências.

5. Considerações Finais

Com a pesquisa podemos comparar os documentos norteadores das concepções de avaliação do IFMT, comprando-os com a Legislação Nacional (Lei n. 9.394, 1996), como também comparar se o PPC do Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo do Campus Cuiabá segue as concepções de avaliação da Instituição.

Com a realização deste estudo, foi comprovado que as normativas e os regulamentos da Instituição (PDI, Organização Curricular, PPC) tem a mesma concepção de avaliação, como parte do processo de ensino e aprendizado. Apresentando a avaliação como um processo dialógico, valorizando todo o processo, buscando a formação integral e a melhoria do aluno, com as competências necessárias para exercer a profissão de Secretário Executivo, por meio de diversos instrumentos de avaliação, como: auto avaliação, exercícios, seminários, provas, relatórios, entre outros.

A pesquisa deixou claro a concepção de avaliação do IFMT, trazendo como objeto da pesquisa a proposta de avaliação do Curso de Bacharelado em Secretariado Executivo do IFMT Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva. Partindo da análise de procedimentos sobre a forma como a avaliação é realizada para esse curso de graduação, percebe-se que o Projeto Pedagógico do Curso considera a avaliação seguindo os critérios da Instituição, tendo uma visão da avaliação como um processo dialógico, que envolve diversos segmentos (alunos, Instituição, docentes) e fatores (competências, contextualização, social, cultural), considerando também as capacidades técnicas como as relacionadas com relações humanas (o que pode acontecer, inclusive, durante a realização do estágio obrigatório).

A pesquisa como contribuição traz a indicação para o Campus Cuiabá da inserção dos instrumentos avaliativos no PPC do curso, conforme orienta a Organização Curricular do IFMT, trazendo a metodologia utilizada, a concepção de avaliação, auxiliando assim a autonomia do aluno no seu planejamento de estudo, bem como deixar mais claro nas normas seu processo avaliativo.

Por fim, sugere-se, para a realização de novos trabalhos, entender ou compreender a visão que o aluno tem do seu processo avaliativo. Isso poderá ser realizado através de instrumento e técnicas de coleta de dados, tais como questionário, entrevistas, observação. A aplicação destes instrumentos permitirá ajudar na compreensão das principais angústias e dificuldades vividas pelos alunos do curso, podendo enriquecer o debate e elucidar questões relativas ao tema aqui tratado.

Referências

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

Resolução n.º 3, de 23 de junho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de graduação em Secretariado Executivo e dá outras providências. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_05.pdf

Parecer Conaes n. 4, de 17 de junho de 2010. Sobre o Núcleo Docente Estruturante-NDE. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6884-parecer-conae-nde4-2010&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed.). São Paulo: Atlas.

Hadji, C. (2001). *Avaliação Desmistificada* (P. C. Ramos, Trad.). Porto Alegre: Artmed.

IFMT (2009). *Projeto Pedagógico do Curso do Curso de Bacharel em Secretariado Executivo*. Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Cuiabá, MT. Recuperado de http://cba.ifmt.edu.br/media/filer_public/75/36/7536356b-58cf-4f8a-8c1-644a07499ef5/ppc-_curso_superior_de_bacharelado_em_secretariado_executivo.pdf

Resolução CONSUP nº 104, de 15 dezembro de 2014. Aprova a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Cuiabá, MT. Recuperado de http://ifmt.edu.br/media/filer_public/e8/9f/e89f6ea6-e88c-4801-9e4a-645f2bc3da94/organizacao-didatica-do-ifmt_2014.pdf

IFMT (2019). *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023)*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Cuiabá, MT. Recuperado de http://prodin.ifmt.edu.br/media/filer_public/79/b8/79b8149b-821c-464d-afcf-b16bf21efd69/pdi_2019_v01.pdf

Kraemer, M. E. P. (2005, dezembro). Avaliação da Aprendizagem como Construção do Saber. *Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul*, Mar del Plata, Argentina. 5. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96974/Maria%20Elizabeth%20Kraemer%20%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20aprendizagem%20como%20con.pdf?sequence=3>

Lima, T. C. S., & Miotto, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, 10(n. esp.), 37-45. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>. doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004

Luckesi, C. C. (2000). O que é Mesmo o Ato de Avaliar a Aprendizagem? *Revista Pátio*, 3(12). Recuperado de <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2511.pdf>

Luckesi, C. C. (2002). Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais. *Eccos Revista Científica*, 4(2), 79-88. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/715/71540206.pdf>. doi.org/10.5585/eccos.v4i2.310

Luckesi, C. C. (2005, outubro 8). Avaliação da Aprendizagem: visão geral. Entrevistado por P. Camargo, *Caderno do Colégio Uirapuru*, Conferência: Avaliação da Aprendizagem na Escola, Recuperado de http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-2/Educacao-MII/2SF/Nadia/3-Art_avaliacao_entrev.pdf

Oliveira, K. L., & Santos, A. A. A. (2005). Avaliação da Aprendizagem na Universidade, avaliação da aprendizagem. *Psicologia Escolar e Educacional*, 9(1), 37-46. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/pee/v9n1/9n1a04.pdf>. doi.org/10.1590/S1413-85572005000100004

Pereira A.S. et al. *Metodologia da Pesquisa Científica*. 2018. Recuperado de https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1

Silva, G. R., & Freire, P. C. T. (2020). O Ato de Avaliar na Educação Infantil: Divergências Conceituais Entre as Avaliações Classificatória e Diagnóstica. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, 21(1), 73-81. Recuperado de

<https://revista.pgskroton.com/index.php/ensino/article/view/7835>. doi.org/10.17921/2447-8733.2020v21n1p73-81

Silva Neta, M. L., Maciel, A. O., Ribeiro, R. R. R. P. C., & Monteiro, R. R. M. (2020). Avaliação na formação docente nos cursos de Matemática. *Research, Society and Development*, 9(9), Recuperado de <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/7195>. dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7195

Soares, F. S., & Feitosa, P. L. (2019). Por uma Avaliação da Aprendizagem como Ato Amoroso: 50 anos da oficina pedagógica de Cipriano Luckesi. *Revista Observatório*, 5(6), 972-993. Recuperado de <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/7031>. doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n6p972

Vieira, J. G. S. (2010). *Metodologia de Pesquisa Científica na Prática*. Curitiba: Fael.

Villas Boas, B. M. F. (2001). Avaliação Formativa e Formação de Professores: Ainda um Desafio. *Linhas Críticas*, Brasília, 12(22). 159-180 Recuperado de https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9269/1/artigo_AvaliacaoFormativaFormacao.pdf

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Adriana Alves da Rocha - 28%

Daniela Cauduro Bianchi - 18%

Edriana Andreóli Silvestre - 15%

Vanderley Severino dos Santos - 13%

Ed Wilson Tavares Ferreira - 13%

Geison Jader Mello - 13%